

O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL E A PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO PROJETO TAVARES LYRA. O DEBATE SOBRE ALFABETIZAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

LIGIANE APARECIDA DA SILVA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ).

Resumo

Este trabalho busca analisar o debate travado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sobre as questões referentes à importância da alfabetização das crianças no início do século XX no Brasil, presentes na Coletânea Documentos Parlamentares – Instrução Pública. Buscou-se estabelecer uma relação entre a discussão dos intelectuais e parlamentares ocorridas nos anos de 1907 e 1908 – que deram origem ao Projeto – e as discussões sobre o problema da influência dos imigrantes na formação de uma identidade nacional necessária ao país naquele momento histórico. Este Projeto, elaborado pelo então Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, autorizava o Governo Federal a reformar o ensino secundário e superior, ao mesmo tempo que propunha a promoção e difusão do ensino primário. O Brasil, naquele momento, passava por muitas transformações, como a organização do regime republicano, a transição do trabalho escravo para o assalariado, o início do processo de alfabetização, além da chegada dos imigrantes, cuja mão-de-obra substituiria o negro. O Projeto Tavares Lyra constitui-se em uma fonte documental pouco analisada, mas significativa para os estudos históricos da educação brasileira do início do século XX. Em relação ao ensino primário, dentre outras coisas, tencionava promover a alfabetização das crianças de modo a imprimir em cada uma um sentimento de amor à pátria, ao mesmo que revelava a necessidade de se ensinar a leitura e escrita aos filhos dos imigrantes em escolas brasileiras, evitando, assim, a disseminação de diferentes culturas e, conseqüentemente, o enfraquecimento da nação. Nesse sentido, o debate dos parlamentares revela uma outra importante discussão frequente na época: o papel do Estado em relação ao ensino primário no país.

Palavras-chave:

Instrução Primária Brasileira, Projeto Tavares Lyra, Imigração.

Introdução[1]

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a proposta para o desenvolvimento e difusão do ensino primário no Brasil presente no projeto Tavares Lyra[2] e a chegada dos imigrantes no início do século XX. Este projeto, elaborado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, previa a autorização para o Governo federal reformar o ensino secundário[3] e superior e promover a expansão do ensino primário[4]. O projeto foi exposto à Câmara dos Deputados e debatido entre os parlamentares pelo período de dois anos, a saber, 1907 e 1908, não chegando à aprovação de fato. No entanto, observa-se que as discussões em torno do papel do Estado no financiamento da instrução primária estavam atreladas às transformações pelas quais passava o país naquele momento histórico, dentre elas, a chegada dos imigrantes que substituiriam, gradativamente, a mão-de-obra escrava. Além desse fator, pode-se citar a própria organização do governo republicano, o início do processo de industrialização no país, as discussões relacionadas ao sufrágio universal restrito à população alfabetizada na Constituição de 1891, a disputa por novos mercados que

exigia a consolidação de uma nação forte e pronta para fazer frente às exigências da política imperialista.

Nesse sentido, intelectuais e parlamentares passaram a discutir a necessidade de intervenção do Estado na instrução primária que, de acordo com a Constituição vigente na época, estaria a cargo das municipalidades. Em relação aos imigrantes, observa-se uma preocupação desses deputados com a formação de uma identidade nacional, já que os estrangeiros que aqui viviam buscavam preservar sua cultura de origem e transmiti-la às suas crianças. Assim, a escola primária passou a ser objeto de debates acirrados entre os parlamentares que, em sua grande maioria, consideravam-na imprescindível à unificação do país e à formação de cidadãos com um sentimento de amor à pátria e ao trabalho.

Entende-se que os projetos de reforma só podem ser entendidos quando relacionados ao contexto político, econômico e social que os engendra. Assim, os discursos presentes no projeto Tavares Lyra revelam que a preocupação com a alfabetização das crianças pequenas no início do século XX esteve ligada, além de outros fatores, à preocupação com a disseminação de culturas diversas no país, levando os homens daquele tempo a pensarem sobre a necessidade de instruir para garantir o "progresso" e a própria segurança da nação.

Os imigrantes e a difusão do ensino primário

No dia 24 de junho de 1907 o Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores do Brasil realiza uma exposição à Câmara dos Deputados acerca do ensino público brasileiro, apontando os principais problemas que, a seu ver, impediam o desenvolvimento e o progresso do país e oferecendo diretrizes à Comissão de Instrução Pública para a elaboração de um projeto de reforma para o ensino secundário e superior e propagação do ensino primário.

Tavares Lyra (1918) acreditava que o Estado, embora não fosse o principal responsável pela instrução primária segundo a Constituição de 1891, não poderia eximir-se de uma questão demasiadamente importante para o país naquele momento histórico, a saber, a escolarização das crianças pequenas. A Comissão de Instrução Pública, por sua vez, elogiou o projeto e buscou atender as solicitações do Ministro, considerando a reforma como um

"[...] primeiro passo para uma reforma mais conveniente e completa da educação nacional nos moldes que a ciência aconselha e as necessidades do país exigem, attendendo-se á marcha ascendente do nosso caminhar no convívio dos povos modernos"[5] (BRASIL, 1918: 26).

Antes de abrir espaço aos parlamentares para a discussão do projeto na Câmara e no Senado, a Comissão primeiramente fez as considerações necessárias e manifestou-se favorável a ele, divergindo apenas em alguns detalhes que considerou irrelevantes. Em relação à instrução primária, foi relutante e reafirmou a fala do Ministro sobre a necessidade de o Estado interferir neste nível de ensino como condição para que o país pudesse progredir e superar a condição de atraso que a própria história do país, segundo os membros da Comissão, teria configurado. Para esses parlamentares (BRASIL, 1918):

Nós brasileiros, que contamos com uma população formada de elementos saídos da ignorância das senzallas e dos viciosos e desgraçados costumes das fazendas do sul e dos engenhos do norte, allí mesclados por laivos de uma *immigração trazida a granel e sem escolha*, nos devemos compenetrar da necessidade absoluta, imperiosa, de erguer as camadas populares, que se vão formando, da ignorancia degradante em que se debatem (p. 30, grifo nosso).

Lúcio Kreutz (2000) oferece uma importante contribuição para os estudos sobre imigrantes no Brasil, mais especificamente sobre as escolas comunitárias aqui fundadas entre os séculos XIX e XX por grupos étnicos específicos. Segundo ele, nem todos os grupos de imigrantes caracterizaram-se pela iniciativa de incentivo ao processo escolar, destacando-se os alemães (que chegaram em maior número ao Brasil), os italianos, os poloneses e os japoneses que, segundo o mesmo autor, só instalaram-se no país a partir de 1908, ou seja, ano da discussão do projeto Tavares Lyra na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Esses povos estabeleceram-se em áreas rurais e formaram núcleos com características étnico-culturais fortes, o que facilitou o desenvolvimento de suas escolas comunitárias, étnicas e cristãs, com exceção das escolas japonesas, que contaram com a coordenação laica da Associação de Pais.

Essa realidade preocupava os políticos e intelectuais envolvidos com o projeto e levava-os a pensar alternativas para a desintegração das variadas culturas coexistentes no país. Ora, como a República poderia estabelecer-se como nação forte se o país estava dividido, multifacetado, sem unidade, sem identidade? Nesse sentido, a alfabetização passa a tomar lugar de destaque entre as discussões dos parlamentares, enfatizando-se a necessidade de o Estado intervir na instrução primária para evitar, entre outras coisas, a disseminação de culturas estrangeiras que enfraqueceriam o país. Na verdade, passa-se a discutir sobre a idéia de uniformização e difusão em todos os níveis de ensino como uma questão de ordem social e integridade nacional (SCHELBAUER, 1998).

Por meio da imposição do ensino primário público a todas as crianças de todas as nacionalidades que aqui viviam, o projeto previa a alfabetização na língua nacional e o ensino de valores, como obediência, amor ao trabalho, amor à pátria, religiosidade. Esta, apesar de assumir uma posição secundária nas nações republicanas, ainda desempenhava uma importante e estratégica função na sociedade: moralizar o povo, contribuindo para o desenvolvimento econômico das nações. Assim, fazia-se necessária uma relação amistosa entre Igreja e Estado para a formação de cidadãos cristãos, inclusive no ambiente escolar (NUNES; CARVALHO, 2005).

Essa educação ocupar-se-ia, além da formação intelectual e moral das crianças, de sua própria saúde física, com o intuito de constituir para as gerações futuras uma nação forte, repleta de cidadãos patriotas e bem preparados para a defesa de seu país sempre que necessário, como afirma a Comissão de Instrução (BRASIL, 1918):

Nós não nos podemos considerar um povo forte, uma raça sadia e robusta, não temos ainda accentuados os traços phisicos definitivos da nossa nacionalidade,

porque somos um povo em formação e, no entanto, nos descuidamos, por completo, do desenvolvimento físico dos nossos filhos, da higiene das nossas escolas, dos defeitos e prejuízo da nossa educação, sempre rotineira, sempre atrasada (p. 50).

Kreutz (2000) afirma ainda que os próprios imigrantes reivindicaram escolas públicas no período mais intenso de imigração (a partir de 1890), mas como a instrução primária no Brasil ainda era muito precária, o Estado estimulou-os a abrirem escolas étnicas. Somente quando acelera-se o processo de industrialização no país, na década de 1920, é que acirra-se a preocupação e os debates sobre "referenciais para a nacionalidade brasileira" (KREUTZ, 2000: 161). Primeiramente, o governo tomou medidas preventivas e abriu escolas públicas perto das étnicas, porém, sem impedir seu funcionamento. Com o crescimento dos debates nacionalistas, a fiscalização aumenta até chegar ao ponto de, no fim da década de 1930, o governo fechar essas escolas ou substituí-las por escolas públicas. Observa-se, portanto, que o projeto Tavares Lyra representou o início de um debate que foi ganhando maiores proporções à medida que o Estado sentiu a necessidade de intervir no processo para assegurar a segurança nacional. Como afirma Aurélio de Lyra Tavares (1985), várias são as forças que levam um país a progredir e, quanto mais valoriza-se o homem nacional, segundo ele, mais próspera torna-se a nação.

O poder de uma nação, as grandes forças que a sustentam, que impulsionam o seu progresso e que lhe dão condições para afirmar a sua soberania e traçar, livremente, os rumos dos seus destinos, estão, antes, na coesão espiritual do povo que a constitui, no fortalecimento do poder político que o orienta e dirige, e na pujança da sua economia, que há de ser tanto maior quanto mais valorizar-se o homem nacional (TAVARES, 1985: 171).

Os debates em torno do projeto Tavares Lyra continuaram na Câmara e no Senado até o final do ano de 1908. A maior parte dos deputados manifestou-se favorável à intervenção do Estado no processo de desenvolvimento e difusão do ensino primário, mas o projeto foi arquivado e não chegou à concretizar-se na prática. Todavia, pode-se afirmar que, antes que o governo tomasse medidas repressivas contra a disseminação das escolas étnicas no Brasil, os membros da Comissão já atentavam para a necessidade de investimento na instrução pública primária brasileira, interrogando seus pares "[...] Já não será tempo de encararmos, de frente, o grande problema, concentrando em torno de sua solução todos os nossos esforços de patriotas e brasileiros?" (BRASIL, 1918: 43).

Considerações finais

Este trabalho buscou estabelecer relações entre o projeto Tavares Lyra e sua proposta para difusão do ensino primário no início do século XX no Brasil e a

chegada dos imigrantes que substituiriam gradativamente a mão-de-obra dos escravos africanos. Estes imigrantes, oriundos de diferentes países com costumes, linguagem e tradições próprios, tiveram iniciativas afetas à educação de suas crianças, como a criação de escolas comunitárias, cujo objetivo era, além do ensino das primeiras letras, a preservação de sua cultura de origem.

O Brasil, como uma jovem República que buscava conquistar seu lugar para competir no mercado com os países desenvolvidos, passou a discutir a necessidade de criar políticas públicas para a educação, especialmente a instrução primária, que desempenharia alguns papéis fundamentais à nação naquele momento: preparar os jovens para o trabalho, ensinar às crianças o senso de patriotismo e obediência, criar uma identidade nacional para garantir a segurança do país, democratizar o voto restrito à população alfabetizada na Constituição de 1891. Para tanto, entre outras medidas, era necessário impedir ou, ao menos, restringir a propagação de culturas que pudessem enfraquecer a nação que se formava.

Assim, observa-se no projeto Tavares Lyra a representação das necessidades dos homens daquele momento histórico, buscando resolver questões de seu próprio tempo. Dentre outros projetos da época, este também não chegou à aprovação, talvez pelo fato de a instrução primária não representar para o Brasil uma questão de segurança nacional no início do século XX, como acontecera nos países desenvolvidos, o que facilitou a disseminação da cultura dos diferentes povos que aqui viviam, apesar das discussões e oposições de parlamentares e intelectuais interessados no desenvolvimento econômico da nação.

As iniciativas de repressão do Estado efetivaram-se com mais intensidade a partir da década de 1930, principalmente no final dela, quando do fechamento das escolas étnicas ou sua transformação em escolas públicas. No entanto, esses projetos já revelam importantes iniciativas para a criação de um sistema nacional de ensino e deixam clara a idéia de unidade e a necessidade de uniformização do ensino para o fortalecimento de um país.

Referências

BRASIL. Congresso. *Documentos Parlamentares. Instrução Pública*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1918.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. *Revista Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa em Educação*, São Paulo, n. 15, p. 159-176, novembro/diciembre. 2000.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SCHELBAUER, A. R. *Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: EDUEM, 1998.

TAVARES, A. L. *Nosso exército: essa grande escola*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

[1] Este trabalho foi orientado e revisado pela professora Dra Maria Cristina Gomes Machado, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

[2] O Plano Integral de Ensino, conhecido como projeto Tavares Lyra, faz parte de uma coletânea denominada *Documentos Parlamentares - Instrução Pública*. Este documento reúne discussões ocorridas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que foram publicadas pelo Jornal do Comércio entre os anos de 1918 e 1929 e encontram-se disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

[3] Sobre o projeto Tavares Lyra e o ensino secundário, ver: SILVA, L. A.; MACHADO, M. C. G. O projeto Tavares Lyra e sua proposta de reforma para o ensino secundário no Brasil. Instrução pública no início do século XX. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO", 8., 2009, Campinas. *Anais do VIII...* Campinas: UNICAMP, 2009. s/p.

[4] Sobre o projeto Tavares Lyra e sua proposta para o desenvolvimento e difusão do ensino primário, ver: SILVA, L. A.; MACHADO, M. C. G.; ROSSI, E. R. Os documentos parlamentares e o debate educacional no início do século XX. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas. N. 32. p.48-64. dez.2008.

[5] As citações do projeto Tavares Lyra mantêm a gramática original de 1918.